

DISCURSO E MEMÓRIA DE UMA MULHER DESOBEDIENTE EM CARTA À RAINHA LOUCA

Denise Gabriel Witzel¹
Níncia Cecília Ribas Borges Teixeira²

Resumo: Este artigo interroga, na interface entre Língua e Literatura, os modos de subjetivação do sujeito mulher na obra de Maria Valéria Rezende, *Carta à Rainha Louca*. Deparamo-nos nessa obra com o discurso – Escrita de si – de Isabel das Santas Virgens, presa no convento do Recolhimento da Conceição de onde escreve uma extensa carta à rainha Maria I, conhecida como a Rainha Louca. Ao clamar por justiça, a narradora expõe, sobretudo, a situação da mulher que ousava desafiar os poderes. Focalizamos a relação incontornável entre língua, história e memória, à luz dos pressupostos dos Estudos Discursivos Foucaultianos e dos Estudos Culturais, dando ênfase aos anseios de liberdade de uma mulher desobediente, materializados numa Escrita de si.

Palavras-chave: discurso literário, Escrita de si, História das Mulheres

DISCOURSE AND MEMORY OF A DESOBEDIENT WOMAN IN CARTA À RAINHA LOUCA

Abstract: This article questions, through the interface between Language and Literature, the modes of subjectivation of the woman subject in the work of Maria Valéria Rezende, *Carta à Rainha Louca*. We find in this work the discourse – *Self writing* – of Isabel das Santas Virgens imprisoned in the convent of Recolhimento da Conceição from where she writes an extensive letter to Queen Maria I, known as the Mad Queen. When calling for justice, the narrator exposes, above all, the situation of the woman who dared to challenge the powers. We focus on the unavoidable relationship between language, history and memory, in the light of the assumptions of Foucauldian Discursive Studies and Cultural Studies, emphasizing the desires for freedom of a disobedient woman, materialized in Self writing.

Key-words: literary discourse; Self writing; History of Women.

¹ Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista - FCL/UNESP-Araraquara-SP. Professora Associada da Unicentro, tuando no Programa de pós-graduação em Letras e no Departamento de Letras (DELET). E-mail: witzeldg@gmail.com

² Doutorado em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, pós-doutorado em Ciência da Literatura pela UFRJ. Professora associada da UNICENTRO. Atua no Programa de Pós-graduação em Letras e no Departamento de Letras (DELET). E-mail: ninciaborgesteixeira@yahoo.com.br

Introdução

Li todos os livros proibidos [...] Disso talvez se tenha feito minha loucura, pois, segundo me dizem, nenhum espírito de mulher, salvo decerto as de linhagem real como Vós, é capaz de suportar o peso do saber. (REZENDE, 2019, p. 16)

Por que desobedecemos? Esta é a questão que Frederic Gros (2019) coloca com o intuito fundamental de evidenciar que a desobediência deriva de uma resistência ética ao poder. Obedecer, por sua vez, garante certa ordem mas, ao mesmo tempo, produz a cegueira e a aceitação do mundo. Partindo dessa premissa, interessamo-nos, neste trabalho, em analisar e refletir teoricamente – sob a ótica dos *Estudos Discursivos Foucaultianos* e dos *Estudos Culturais*³ – sobre a prática discursiva da desobediência de mulheres, estas que ao longo da história foram subjugadas e controladas, não sem resistências, em diferentes esferas, no âmbito público e/ou privado.

Historicamente, instaurou-se uma clivagem entre as mulheres já bastante conhecida e analisada nos estudos de gênero e do discurso: instalaram-se, de um lado, aquelas que correspondiam aos tradicionais ideais femininos por serem castas, fiéis, obedientes, boas esposas e mães; de outro, aquelas que provocavam repúdio por serem feiticeiras, lésbicas, rebeldes, anarquistas, prostitutas e loucas. Estas últimas não aceitavam as “vontades de verdade” (FOUCAULT, 2001, p.14) que atravessaram tantos séculos da nossa história e enraizaram as mulheres no território de seus corpos, presas no interior de poderes muito apertados que lhes impuseram condutas e obrigações desde tempos quase imemoriais. Ao desobedecerem as leis do Estado e da Igreja, para reinventarem outras práticas e outras subjetividades, muitas delas foram

³ A aproximação destes dois campos fundamenta-se na interface entre Língua e Literatura, articulando os trabalhos de pesquisa das autoras que elegem a língua(gem) em sua relação com os aspectos históricos, sociais e culturais.

queimadas vivas, apedrejadas, espancadas, banidas e/ou encarceradas em manicômios ou conventos.

Dentre as inúmeras mulheres que integram este lado “pecaminoso” da subjetividade, adquire especial relevo Isabel das Santas Virgens, personagem do romance epistolar *Carta à Rainha Louca*, de Maria Valéria Rezende. Trata-se de uma obra dividida em quatro capítulos, nomeados com os anos 1789, 1790, 1791 e 1792, o que situa a ação dos personagens num tempo específico e estabelece sua obra no gênero do romance histórico. Nele, lemos uma longa carta, aqui pensada como uma Escrita de si (FOUCAULT, 2006), clamando por justiça na qual a personagem relata com riqueza nos detalhes suas aventuras e desgraças decorrentes do fato de ser mulher deserdada e desamparada diante da selvageria da colônia, o que a forçou a perambular pelos rincões da Bahia, Pernambuco e Minas Gerais, muitas vezes disfarçada de homem e exercendo ofícios considerados exclusivos desse sexo, como o ler e o escrever – quer seja como escriturário, copista ou falsificador de documentos ou como autor(a) dos textos que escrevia.

Na obra, desfila a violência do poder patriarcal - em forte sintonia com os poderes soberanos e pastorais – incidindo sobre os corpos das mulheres tomados como objeto de posse, troca e negociações por parte dos homens. Destacam-se, igualmente, as seduções e estupros, a escravatura, as peculiaridades dos negócios da colônia controlados pela coroa portuguesa, seus efeitos sobre as transações comerciais do sal, do papel e tinta para escrever. Como pano de fundo, estão a Revolução Francesa, já anunciada no título do capítulo inicial – 1789 –, o Processo dos Távoras (nobres que teriam tentado matar Dom José I, pai de Dona Maria I e punidos de forma exemplar pelo Marques de Pombal), a Inconfidência Mineira. Não faltam críticas aos poderes, nem mesmo à Igreja (como podiam pensar os incautos, supondo cautela

ao saber que a romancista faz parte da comunidade de Cônegas de Santo Agostinho).

Em sua carta, Isabel (re)atualiza, interdiscursivamente, as vozes ditas ou pressupostas de um sem número de mulheres que foram vigiadas e punidas pelos dispositivos dos poderes soberano e patriarcal, ajustados ao poder pastoral (FOUCAULT, 1988), nos tempos do Brasil colônia. Embora confinada em um misto de convento e prisão, ela ludibria as rígidas normas de controle e consegue roubar papel, velas, penas e tintas para escrever à rainha, deixando claro que onde há poder, há também resistências, segundo a analítica foucaultiana.

Ao narrar sua trajetória e as múltiplas dificuldades sofridas por mulheres, escravos e vulneráveis no final do século XVIII no Brasil, ela nos lega um discurso sobre as verdades historicamente construídas sobre a mulher, instigando-nos a analisar os silêncios e os retornos, as permanências e as movências de discursos que instalaram o ser feminino em um regime particular de (in)visibilidade normatizado, sobretudo, por ideais de conduta com relação a sua sexualidade. Nas tramas narradas por Isabel, deparamo-nos com uma dispersão do sujeito e com uma pluralidade de posições convidando-nos a dar visibilidade a certos modos de subjetivação (re)produzidos na Escrita de si que lemos na carta.

A teoria do discurso, que nos guia aqui, é a subjacente às propostas foucaultianas voltadas para a compreensão sobre como se articulam os processos de subjetivação e as verdades no âmbito da produção discursiva dirigida à rainha. Isso significa que a subjetividade não se refere à identificação de um sujeito como categoria ontologicamente invariável e/ou universal; ela se refere, antes, “a modos de agir, a processos de subjetivação modificáveis e plurais” (GREGOLIN, 2016, p.120). Na escrita da carta, convergem a

sistematicidade da linguagem, da historicidade e da produção de subjetividades.

Ao nos debruçarmos sobre o discurso literário, no enalço dessa desobediência, partimos de alguns princípios fundamentais da arqueogenealogia de Michel Foucault, filósofo que se inquietou com a emergência dos saberes, os efeitos do poder e da produção histórica de verdades, deixando-nos uma obra que marcou definitivamente certa forma de se entender e analisar os discursos e os sujeitos do tempo presente, a partir de uma volta ao passado.

O discurso, nessa linha de análise, “não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo” (FOUCAULT, 2007, p. 61). Em meio a essa dispersão, importa a produção de sentidos realizada por sujeitos históricos, por meio da materialidade da linguagem, sendo ele, o discurso, um objeto de análise constituído por atravessamentos, fronteiras e dispersões próprios da vida social. Enquanto sujeitos históricos discursivizados na obra de Maria Valéria Rezende, forjados pela e na língua, mas também no silêncio e na interdição, lançamos nossa pesquisa sobre os modos de subjetivação do sujeito mulher desobediente, o outro do discurso hegemônico.

Como nosso enfoque é a desobediência, o sujeito subjetivado como desobediente, vale lembrar que a sexualidade feminina é uma desobediência em si que fundamenta o mito da criação do mundo, segundo as interpretações judaico-cristãs. Na obra de Rezende, este é um ponto crucial que se liga, via memória discursiva, a uma série de outros enunciados retomando a bíblica Eva, mulher ardilosa e ávida de desejos que provocou a queda do paraíso e se instalou no imaginário como a perdição do gênero humano. Sua vontade de saber resultou na condição de mortalidade do

homem e transformou o sexo em luxúria e pecado. São inúmeros os caminhos que se desmembram desse mito, guardando o fundamento de “sofrer e chorar é o quinhão de todas as filhas de Eva” (REZENDE, 2019, p.10).

Há, contudo, um ponto que se destaca na carta e sobre o qual nos debruçaremos: a desobediência também atrelada à vontade de saber e aos anseios de liberdade da protagonista, conforme apontam os discursos materializados nas linhas destinadas à monarca louca.

RETORNO À HISTÓRIA DAS MULHERES

Loucas, tolas, sim, são as que jamais gritam (REZENDE, 2019, p.11).

Ao falarmos de ficção literária, colocamos em questão as veredas do imaginário, percorridas para dar vida ao “[...] abstrato, o não-visto e não-experimentado. É elemento organizador do mundo, que dá coerência, legitimidade e identidade” (PESAVENTO, 2006, p.2). Ou seja, pela e na Literatura é possível percorrer caminhos nunca pisados, (re) significar criativamente o que está fragilizado, o que ficou, por muito tempo, esquecido, subjugado, como é o caso da História das Mulheres. (Re) criar o passado, o presente e o futuro, nas suas inúmeras possibilidades, num movimento contrário aos discursos aprisionados nos limites da ordem e do poder eurocêntrico, patriarcal e moralizante.

Dessa forma, voltamos a pensar nos caminhos que levam a constituição de uma História das Mulheres que, como sugere Perrot (2007, 2003), apesar de hoje estar consolidada como um campo do saber e, até mesmo, parecer evidente, não apaga os séculos em que as mulheres – enquanto coletividade - foram ignoradas e desvalorizadas, permanecendo, por um longo período, nas dobras dos silêncios e silenciamento, significando por

meio de discursos preconceituosos, em maioria reverberados por homens. Trata-se de uma história que não é aquela na qual se constataria o verdadeiro nos acontecimentos; mas uma história que possibilita a análise “dos jogos entre o verdadeiro e o falso, através dos quais o ser se constitui historicamente como experiência, isto é, como podendo e devendo ser pensado” (FOUCAULT, 2006, p.12).

Nesses jogos de verdade, os homens - que durante séculos se valeram do poder patriarcal garantindo-lhes liderança política, autoridade moral, privilégio social e controle das propriedades - não eram, obviamente, quaisquer homens, mas sim aqueles que detinham os saberes e controlavam os dispositivos⁴ – sobretudo as instituições civis e eclesásticas – invisibilizando as mulheres. Perrot (2007) explica esse apagamento como resultado tanto do “silêncio das fontes”, pois as mulheres deixaram poucos registros e “seu acesso à escrita foi tardio”, como ao silêncio dos relatos, que se voltava para o registro do desenrolar das ações dos homens nos espaços públicos “O desenvolvimento da história das mulheres acompanha em surdina o ‘movimento’ das mulheres em direção à emancipação e à libertação. Trata-se da tradução e do efeito de uma tomada de consciência ainda mais vasta: a da dimensão sexuada da história” (PERROT, 2007. p. 15).

Como observa a autora, a história das mulheres sofreu modificações, partindo de uma história voltada ao mundo privado e conduzindo-se para uma história das mulheres ativas, em ação no espaço público antes destinado prioritariamente ao homem. O nascimento de uma história das mulheres deve-se a fatores científicos: como as

⁴ Dispositivo é um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (FOUCAULT, 1979, p. 244).

novas alianças disciplinares com diferentes campos do conhecimento, como a própria mudança de perspectiva proposta pela terceira geração de historiadores da revista *Annales*; mas também se deve a fatores sociológicos como a presença das mulheres nas universidades, e a fatores políticos como os movimentos de libertação das mulheres (PERROT, 2007). As tramas da narrativa de Maria Valéria Rezende têm como pano de fundo a sociedade brasileira colonial, entrelaçadas interdiscursivamente com essa história de mulheres e de homens, ou mais especificamente com os jogos de verdade que definiram o homem como um ser superior.

Nessa direção, destacamos duas interpretações que produziram e subsidiaram algumas das verdades disseminadas pelo poder pastoral e retomadas no discurso da *Carta à Rainha Louca*. Segundo a Epístola aos Efésios, São Paulo enuncia:

Mulheres, sujeite-se cada uma a seu marido, como ao Senhor, pois o marido é o cabeça da mulher, como também Cristo é o cabeça da igreja, que é o seu corpo, do qual ele é o Salvador. Assim como a igreja está sujeita a Cristo, também as mulheres estejam em tudo sujeitas a seus maridos. (BÍBLIA SAGRADA, 2020)

Já em Timóteo 2:11-15, lemos:

A mulher deve aprender em silêncio, com toda a sujeição. Não permito que a mulher ensine, nem que tenha autoridade sobre o homem. Esteja, porém, em silêncio. Porque primeiro foi formado Adão, e depois Eva. E Adão não foi enganado, mas sim a mulher, que, tendo sido enganada, tornou-se transgressora. Entretanto, a mulher será salva dando à luz filhos — se elas permanecerem na fé, no amor e na santidade, com bom senso. (BÍBLIA SAGRADA, 2020)

Deriva dessa sujeição ao marido (pai, irmão, padre etc) e da imposição do silêncio a construção sociocultural da feminilidade, “feita de contenção, discrição, doçura, passividade, submissão (sempre dizer sim, jamais não), pudor, silêncio.” (PERROT,

2007, p. 21). Nas contra-condutas dessas virtudes cardeais, a protagonista do romance de Rezende, em inúmeros momentos, revela insubordinações: (i) aprendeu a ler e a escrever com maestria ascendendo a saberes interditados, como os poemas eróticos e corrosivos de Gregório de Mattos; (ii) travestiu-se de homem para poder trabalhar e sobreviver com o conhecimento da leitura e da escrita; (iii) valeu-se de “feitiçaria” quando pretendeu fazer com que Blandina abortasse; (iv) organizou um abrigo e deu suporte para mulheres deserdadas e deslocadas naquele mundo de varões. Consequência dessas transgressões: “por louca e desobediente encarceraram-me neste Recolhimento da Conceição” (REZENDE, 2019, p. 9), de onde escreve a carta.

DESOBEDIÊNCIA ENTRE AS VOZES (INTER)DITADAS NA ESCRITA DE SI

Aprendi a criar dentro de mim mesma lugares de uma vida livre, protegida pelas trevas, da qual ninguém mais podia suspeitar (REZENDE, 2019, p. 16)

De todas as insubordinações registradas nas cartas, a que se revela como problemática central do romance é o fato de a personagem saber ler e escrever em um tempo em que isso era privilégio de poucos, limitado em regra aos homens. No Brasil colônia, prevaleciam as verdades herdadas de pensadores como Rousseau, segundo as quais o saber e o pensar não casavam com a feminilidade. Defendia-se que toda educação das meninas deveria ser relativa aos homens, havendo na França do século XIX, por exemplo, um projeto de lei que proibia as mulheres de aprenderem a ler. Argumentava-se: “a intenção da boa e sábia natureza foi de que as mulheres, exclusivamente ocupadas com as tarefas domésticas, se sentissem honradas de segurar em suas mãos não um livro ou uma

pena, mas uma roca ou um fuso” (PERROT, 2007, p.92). Um mulher poeta seria uma monstruosidade moral e literária; da mesma forma, um soberano mulher seria uma monstruosidade política.

Tratando da inversão das monstruosidades, mais precisamente do indivíduo incorrigível, Gros (2019, p. 28) esclarece que o desobediente era visto como um ser não humano, pois haveria pessoas que por mais que fossem vigiadas e punidas, elas continuavam incapazes de progressos, revelando-se inaptas para transformar sua natureza e superar seus instintos. Nessa linha de raciocínio, “desobedecer [seria] se deixar escorregar ladeira abaixo na selvageria, ceder às facilidades do instinto anárquico. Se é o animal em nós que nos faz desobedecer, então obedecer é afirmar a humanidade”. Portanto, somos humanos porque obedecemos e as mulheres, para se distanciarem da monstruosidade, precisaram aceitar e se subjetivar nas/pelas verdades sobre sua inferioridade e imperfeições.

Isabel é uma dessas mulheres que escorregaram “ladeira abaixo”, embriagando-se de “letras e de palavras, de conhecimentos e de ideias e dos sentimentos que elas [...] haveriam de trazer” (REZENDE, 2019, p. 41), somados a momentos em que gritou “com dor e fúria” (p.10). Foi por isso rebaixada à condição menos humana, subjetivada como “criminoso e lunática” (p.26), “histérica ou possessa de um demônio (p.10), enfim louca, presa e castigada a exemplo de muitas outras punidas porque desobedeceram as leis dos homens e ousaram ler, escrever, conhecer, idealizar, sentir e gritar.⁵

5 No tempo/espaço em paralelo às cartas, em 1789, a Revolução Francesa foi palco de um acontecimento que deixa claro o destino de mulheres que ousavam romper o silêncio da sua existência. Sob as reivindicações de Liberté, Fraternité e Egalité, Olympe de Gouges (1748-1793), autora da Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne, opôs-se ao patriarcado da época. Devido a seus escritos, e a sua desobediência atrelada às atitudes pioneiras nos movimentos feministas, foi guilhotinada.

Para construir essa personagem encarcerada porque tomada como louca e desobediente, Rezende utilizou como matéria de ficção a história real de uma mulher que escreveu uma carta dirigida à Coroa, encontrada em Lisboa enquanto pesquisava a vida religiosa feminina no Brasil Colônia. Tratava-se de uma auto defesa por ser a remetente acusada de fundar uma ordem religiosa no Brasil, fomentando a criação de um romance cujo enredo reinventa, no campo da ficção, a história real dessa mulher branca e pobre que não servia para escrava, para procriar, tampouco para se casar porque não tinha dote⁶. Mantendo uma relação com a história, com os discursos quase imemoriais sobre o silenciamento e as repressões das mulheres, a criação literária de Rezende dá visibilidade a um sujeito mulher de “indomável curiosidade” que clama por justiça, escrevendo uma missiva na qual conta tudo o que vê e vive face aos abusos cometidos pelos homens da coroa e, quando acha que se excedeu, se autocensura, riscando as partes mais inconvenientes do relato.

Especificamente nestas partes “censuradas” pela própria autora, há um embate próprio do funcionamento dos discursos, pois em uma sociedade como a nossa – ontem e hoje – existem procedimentos de exclusão que determinam o que pode e o que não pode entrar na ordem do discurso: “sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstâncias, que qualquer um, enfim, não poder falar qualquer coisa” (FOUCAULT, 2001, p.9). O autocontrole na escrita da carta apaga (e não apaga) os interditos cruzados entre si, reforçando a argumentação que descortina os modos de resistir e de existir da mulher sob os desmandos do poderes daquela época.

6 Conforme entrevista ao Correio Braziliense. Disponível em https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2019/04/15/interna_diversao_arte,749491/maria-valeria-rezende-lanca-carta-a-rainha-louca.shtml. Acesso em 10 de set. 2020

Muito tenho hesitado em escrever-Vos, pois bem sei que mesquinhos são os infortúnios que Vos hei de relatar se comparados àqueles trabalhos que, desde Vossa régia infância, certamente tendes passado, que Rainha sois, mas nem por isso sois menos mulher, e sofrer e chorar é o quinhão de todas as filhas de Eva, não obstante sua condição neste mundo, porque em todas as condições, aqui nestas colônias, em África, nas Índias, na China ou no Reino, no paço real ou na mais pobre aldeia do Vosso Império, estão submetidas às leis dos homens que muito mais duras são para as fêmeas e só para elas se cumprem, pois todos os seus pais e irmãos e maridos e filhos e varões quaisquer, clérigos ou seculares, só as querem para delas servirem--se e para dominá-las como aos animais brutos se faz, blasfemando vergonhosamente ao emprestar-lhe a Deus Nosso Senhor tão cruel designio. Perdoai-me a rasura, Senhora, que se me ia a pena correndo sem peias pelo papel. Corria a pena levada por inconvenientes palavras que teimam em escapar do sítio onde trato de tê-las bem atadas no meu espírito — já que delas não me posso livrar — para que não me venham a fugir pela boca e dar razão a quem por louca me toma. (REZENDE, 2019, p.10)

Nesse recorte, vê-se claramente que é uma carta de mulher para mulher, ainda que a virtual interlocutora seja uma Rainha com poderes soberanos, porque brilhantes, ilimitados, pessoais, irregulares e descontínuos (FOUCAULT, 2005). São poderes que não passam despercebidos na escrita de Isabel – “desde Vossa régia infância, certamente tendes passado, que Rainha sois, mas nem por isso sois menos mulher?”. Para além de pontuar que a monarca é mulher como ela, portanto ambas se aproximam em desgraça por serem “filhas de Eva”, elas se identificam ainda mais no discurso ao serem tomadas, as duas, como “loucas”; no caso da soberana, a designação se destaca quando Isabel relata ter ouvido “a Rainha está louca” (p. 121), mas, sobretudo, no destinatário da carta que intitula o romance – *Carta à Rainha Louca* – em clara alusão a D. Maria I, a primeira rainha portuguesa que entrou para a história como a rainha louca de Portugal.

Não faltam estudos hoje que mostram que a insanidade das mulheres nessa época, segundo Perrot (2007), era reiteradamente associada a doenças do espírito – até mesmo considerada

obra do demônio – e, durante muito tempo, elas foram diagnosticadas como nervosas, histéricas, loucas, atacadas de “lipemania” (impossibilidade de se comunicar). No recorte seguinte, Isabel, que nada tinha de insana, - provavelmente D. Maria I também não⁷. – descreve em detalhes os sintomas, o diagnóstico e os encaminhamentos que a prenderam em uma cela.

Esperancei-me, gritei com todas as forças, sem que, porém, me ouvissem os marinheiros, e por muitos dias desatinei e bradei com dor e fúria. Ouviram-me, sim, as outras que vivem entre as paredes deste ergástulo, de modo que me disseram lunática e, por castigo de meus gritos e convulsões, me trancaram na cela, tomando-me por histérica ou mesmo possessa de um demônio, razão pela qual me mandavam algumas vezes aspergir com água benta e rezos em latim por anos, que mais os alongavam cada vez que a conjunção dos astros e as dores da alma e do corpo desencadeavam meu desespero e meus gritos. Mas eu, por mim, digo que mais loucas e enganadas pelo Maligno são elas que se deixam prender, maltratar e tosar como ovelhas, caladas, que a tudo se submetem. Mais loucas ainda estão as que deviam ser as mais dignas, aquelas que têm a autoridade neste Recolhimento, fazem-se chamar Madres pelas demais e deveriam protegê-las, conhecer seu lugar e pelejar pela verdade, mas fingem júbilo quando aqui aparecem os lobos vorazes que se apresentam como seus benfeitores e, sem lutar, deixam esvair-se a vida como se muitas vidas tivessem. (REZENDE, 2019, p. 10)

Em meio a palavras (in)convenientes e rasuradas, produz-se um sujeito indignado com a submissão cega de mulheres face aos opressores poderes pastoral/soberano/patriarcal encarnados nas figuras das Madres, controladoras dos comportamentos e corpos confinados no espaço conventual. Isabel não se reconhece na posição sujeito de mulher lunática assim subjetivada porque ela não aceita o inaceitável. Suas múltiplas desobediências, na esteira dos postulados de Gros (2018, p. 214), podem ser pensadas como resistência ética ao poder, pois “desobedecer é obedecer a si próprio”, sendo uma forma de relação do sujeito consigo mesmo, um exercício de si tomado como

7 Loucura problematizada por Mary Del Priore em seu livro *D. Maria I - As perdas e as glórias da rainha que entrou para a história como “a louca”*. São Paulo: Benvirá, 2019.

uma prática, um éthos, um modo de ser e de se conduzir.

No seu limite, a desobediência implica uma prática de liberdade, uma possibilidade estratégica de enfrentamento às relações de poder, as quais operam com dispositivos inseridos e móveis em todos os espaços da vida social, instalando-se no espaço asilar (no convento) de modo imediato no controle das mulheres insurgentes que gritam “com todas as forças” e precisam ser rendidas, amarradas, caladas.

desejei sair desta prisão onde mais nada nem ninguém me cativava a alma e outra vez me pus a buscar penas e tinta com que pudesse escrever, pois não sabia de outro modo para chegar a liberdade senão a força das palavras e essas, por bondade de Deus, eu possuía. (REZENDE, 2019, p. 32)

Segundo Foucault, por mais austero e repressor que seja o poder, há sempre a possibilidade de resistência da qual derivam as práticas de liberdade.

a relação de poder e a insubmissão da liberdade não podem, então, ser separadas. O problema central do poder não é o da ‘servidão voluntária’ (como poderíamos desejar ser escravos?): no centro da relação de poder, ‘provocando-a’ incessantemente, encontra-se a recalitrância do querer e a intransigência da liberdade. Mais do que um ‘antagonismo’ essencial, seria melhor falar de um ‘agonismo’ - de uma relação que é, ao mesmo tempo, de incitação recíproca e de luta; trata-se, portanto, menos de uma oposição de termos que se bloqueiam mutuamente do que de uma provocação permanente. (FOUCAULT, 1995, p. 244)

Os gritos de Isabel buscam a liberdade e, para isso, se transformam em palavras escritas, deixando claro que as práticas da liberdade se dão na relação entre os sujeitos, mas também na relação do sujeito consigo mesmo. É nesse ponto que vale recorrer aos últimos estudos de Michel Foucault, quando ele se inquietou com os jogos de verdade voltados às técnicas de si, a governamentalidade, isto é, o governo de si e dos outros, orientando suas pesquisas na direção de

uma constituição histórica de uma genealogia da ética. A partir de uma série de estudos sobre “as artes de si mesmo”, ou seja, sobre a estética da existência e o domínio de si e dos outros na cultura greco-romana, Foucault (2006) dá relevo a *Escrita de si*, estratégia narrativa/discursiva empregada na obra de Rezende.

Em sua análise retrospectiva, Foucault (2006) mostra que para os filósofos gregos, escrever sobre si mesmo era uma técnica de aperfeiçoamento do sujeito e/ou transformação da subjetividade. Era preciso ler, ensinavam os gregos, mas também escrever, pois a escrita era vista como um exercício pessoal associado à meditação, aos pensamentos a serem depurados. Destacam-se dois tipos de documentos nos quais o treinamento de si implicava a transformação da verdade registrada na escrita em éthos: os *hupomnêmata* (livros de contabilidade, registros públicos, cadernetas individuais) e as correspondências.

Concentremo-nos nas cartas. Foucault (2006) examina as missivas trocadas entre os filósofos atento ao papel que esse tipo de escrita exercia na construção das subjetividades, partindo do princípio de que o sujeito não é constituído a priori, previamente, tampouco a subjetividade seria algo definitivo, estável e acabado. A *Escrita de si* é uma das técnicas de transformação da subjetividade, haja vista que, ao escrever sobre si, o sujeito se produz no ato de se narrar.

Escrever algo a ser endereçado a alguém, explica Foucault (2006), no jogo da alteridade, é colocar-se a si mesmo sob os olhos do outro; narrar-se, tal como o faz a remetente das cartas à Rainha Louca, é produzir para si um modo de ser e de existir no mundo. Com efeito, Isabel abre-se ao olhar do outro sem precisar se esconder – “confesso-Vos, Majestade, li todos os livros proibidos” (p. 16) –, realizando, em inúmeros momentos, exame da consciência, tal qual um “inspetor de si mesmo” com vistas a reavivar as regras de comportamento

necessárias para o engrandecimento do espírito – “notai, porém, Majestade, como agora já sou capaz de relatar-Vos, de maneira tão mais ordenada [...] a história que Vos prometi, por ser tão bom remédio para alma e o juízo o simples poder de escrever e ordenar no papel as ideias e as palavras” (p. 66).

Em suma, no exercício de si da personagem, em meio às vozes (inter)ditadas que se destacam na carta, no jogo entre o deciframento de si por si mesmo e a abertura que se dá ao outro sobre si mesmo, pressupõe-se a desobediência pensada como uma obediência a si própria. Um sujeito subjetivado na recusa da submissão servil ao poder pastoral, soberano e patriarcal cujos dispositivos visavam docilizar os corpos, tornando-nos regrados e normatizados. Isso fica ainda mais evidente quando escreve: “Ah, senhora, logo vereis como nunca cessam as atribuições das mulheres comuns, se não quiserem ou não puderem submeter-se ao poder dos homens para que à guisa de proteção, logo lhes cortem as asas como se faz à aves de criação nos galinheiros”.

CARTA À RAINHA LOUCA, UM LUGAR DE MEMÓRIA

Quem é que sabe, afinal, o que há de verdadeiro nas coisas que a gente lembra?, e que verdade se esconde nas coisas que a gente pensa que está inventando agora? (REZENDE, 2019, p. 57)

Na sua Escrita de si, como já sublinhamos, Isabel subjetiva-se como uma mulher desobediente (GROS, 2018) que cria suas próprias regras, na medida em que suas memórias fogem ao padrão apresentado por sociólogos da época e sua existência reinventa o ser feminino na construção de sua narrativa histórica. Tanto por não querer se prostituir como único recurso de sobrevivência, quanto por não ter formado família – em grande parte por sua condição financeira, que não a

permitia o pagamento do dote ao futuro marido – além de tentar expor os males que sofriam as mulheres na colônia, pois sofrer e chorar seria o quinhão de todas as Filhas de Eva, incluindo a própria rainha. Assim, ressignificando a definição das Filhas de Eva, não como pecadoras, mas como aquelas que enfrentam desafios diários para sobrevivência, em uma época em que as mulheres nada mais eram que objetos a serviço dos varões, como Isabel relata inúmeras vezes, “por certo sabeis como são e as imoralidades e crimes que perpetraram os homens poderosos de Vossos Reinos, aos quais uma pobre mulher não tem força para se opor e nada mais pode fazer senão voltá-los contra eles” (REZENDE, 2019, p. 129).

Pierre Nora (1993) destaca que a memória moderna “é uma memória registradora, que delega ao arquivo o cuidado de se lembrar por ela e desacelera os sinais onde ela se deposita, como a serpente sua pele morta” (p.15). São os lugares de memória que detêm a memória e que medeiam a relação do homem com seu passado, sendo assim necessário um meio material para alojar essas lembranças. Para o autor, esses lugares de memória surgem à medida que a memória tradicional se esvai e, então, nasce a necessidade de montar um dossiê do passado que “devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história” (NORA, 1993, p.15). A memória, sob a ótica discursiva, forma um domínio na junção da anterioridade, exterioridade e a língua, constituindo um espaço passível de ser descrito e analisado em diferentes materialidades da linguagem. As cartas de Isabel à Rainha Maria I formam uma espécie de dossiê de suas memórias, o seu lugar de memória, no conceito de Nora (1993).

As duas primeiras cartas, de 1789 e 1790, contam mais sobre seu dia a dia no convento do Recolhimento, de forma desordenada, recuperam as memórias mais recentes da personagem. Já as cartas de 1791 e 1792 recontam desde a infância, sua juventude, os dias com Blandina – a sinhazinha,

filha primogênita do senhor Mendes de Castro, educada para se casar com algum rico herdeiro, desonrada e banida junto com sua acompanhante, Isabel. Retoma seu trabalho travestida como homem, deixando claro que naquele mundo só havia espaço para a virilidade. Finaliza fazendo referência a casa que criou para acolher mulheres como ela até ser considerada criminosa e ir para a prisão. Isabel escreve para que possa reordenar seus pensamentos e memórias. Escreve, sobretudo, para romper o silêncio e sobreviver, já que “escrever se tornou-se [seu] único socorro nesta vida sem sentido” (REZENDE, 2019, p. 142).

Em meio às memórias, conjugando os perigos e os poderes dos discursos (FOUCAULT, 2001) misóginos relatados por Isabel, sempre ancoradas em contra-condutas e desobediências, merece destaque aqui a “defloração” de Blandina. Tivessem sido controlados os desejos que insistiram em abraçar o corpo da menina, sua sexualidade seria apagada e, conseqüentemente, a destruição do equilíbrio doméstico teria sido evitada. Manter-se virgem até o casamento era o capital mais valioso sustentado pelos princípios cristãos, segundo os quais o pecado da carne era considerado o mais grave dos pecados (PERROT, 2003). Ao se deixar seduzir e engravidar, o corpo de Blandina torna visível o fracasso da família Mendes de Castro por não ter educado a menina de modo a evitar os ataques da tentação, do escândalo. Rompeu-se, assim, um dos principais códigos que regiam as práticas sexuais daqueles tempos, notadamente com relação à virgindade das moças, sustentados pelo direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil que “fixavam, cada qual à sua maneira, a linha divisória entre o lícito e o ilícito” (FOUCAULT, 1988, p.38-39). Ao infringir/desobedecer as leis, deixando-se cair em tentação como uma “filha degradada de Eva”, a menina desonrada é condenada ao claustro e sua principal aliada, Isabel, a acompanha voluntariamente.

Em *Carta à Rainha Louca*, é possível observar que, mesmo muitos anos após a colonização, ainda sofremos as conseqüências das tradicionais práticas discursivas e não discursivas. “Porque nestas colônias que se dizem Vossas, mas são mais do Demônio do que Vossas, é assim que se vive quando não se tem rendas, tratados os cristãos pobres como se fossem menos do que os animais de trabalho” (REZENDE, 2019, p. 11), escreve Isabel logo no início de sua Escrita de si. Barbarena (2015) afirma que “é urgente que caminhemos pelos ambientes privados de um sol institucional da história oficial. Ver no escuro não significa não-ver” (p. 69). A desobediência da personagem nos leva a esse escuro, para que possamos ver além do que os livros de história escritos por homens brancos nos contam. Mesmo que ficcional, no discurso de Isabel deparamo-nos com muitas das mazelas sofridas pelos marginalizados no Brasil colonial, escravos, mulheres e todos que não pertenciam à “alta sociedade”.

O romance de Rezende mesmo ligando-se à realidade, “desliga-se” dela ao propor uma nova possibilidade de interpretação da História oficial, a contrapelo da razão instrumental, na contramão dos discursos da ordem e do poder. Por isso, não deixamos de considerar o caráter histórico de sua representação literária, as raízes que mantêm com o social na crítica em relação a um discurso histórico dominante e colonizador; marcadamente branco, europeu e masculino. O que essa literatura absorvida pelo olhar da mulher provoca é o deslocamento da perspectiva hegemônica da História. Por isso, mesmo mantendo sua relação com a realidade social e com os relatos cristalizados da História oficial, o faz refutando sua total legitimidade, para trazer à luz novas vozes, as das mulheres.

Em vista disso, as memórias materializadas nos enunciados de Isabel constituem-se por meio dos diferentes modos com que ela é subjetivada, revelados por meio de diferentes posições sujeito

(FOUCAULT, 2007), sobretudo como mulher pobre e branca, “uma sobrança” nos termos de Maria Valéria. Mesmo que a memória de Isabel pareça ser algo só dela, ela integra uma rede tramada por outras memórias, inserindo-se em um contexto social em todos os momentos de sua vida. Primeiro a vida dela na fazenda com Blandina, os momentos com Diogo, no Convento, do Desterro, mais tarde vestindo-se de homem, com Gregório – o amigo de seu pai que a salvou – em sua casa para outras mulheres sobranças e, por fim, no Recolhimento da Conceição.

Mary Del Priore (1988), ao estudar as mulheres do Brasil colonial, aponta que

Descoladas, portanto, de uma pré-dica que as fantasiava virtuosas e puras, as mulheres coloniais são mais filhas de Eva do que de Maria; mergulhadas nas asperezas do trabalho doméstico, ou nos ofícios de rua e da lavoura, acabam por elaborar, mesmo enquanto rascunhos dos modelos eruditos, regras e éticas próprias (DEL PRIORE, 1988, p. 20).

As longas descrições de Isabel Maria das Virgens sobre as dificuldades de arranjar papel e tinta para escrever – itens sob restrito controle do poder estabelecido – valem também como metáfora, expressam a denúncia desse exílio do mundo simbólico regido pelos homens, que lhe nega instrumentos para expressar o que é próprio das mulheres.

É nesse deslocamento, promovido pela defesa de uma nova concepção histórica e de uma nova problematização de gênero, que surge a possibilidade de caminhar, numa atitude de desbravamento, as trilhas ainda pouco exploradas da história das mulheres. Terreno propício, também, para o trabalho simbólico e para a reflexão sobre a escrita de autoria feminina. Nesse caso, o interesse pela Literatura de autoria feminina está nessa nova perspectiva que se aplica à escrita da História do Brasil, que além do relato dos grandes acontecimentos econômicos e políticos, direciona

a importância simbólica da construção da realidade para o caráter subjetivo das representações.

Considerações finais

A mulher esteve, por muito tempo, relegada ao espaço privado do lar, principalmente, devido aos seus cuidados com a maternidade e aos afazeres domésticos, demorando a entrar em cena enquanto sujeito que narra sua História. É possível pensar as mulheres como um grupo diverso, mas que compartilha independentemente de suas especificidades, questões comuns que convergem para o mesmo ponto; constantemente interdidas para falar, silenciadas por discursos de uma cultura que as definiu como inferiores, frágeis, e, até mesmo, doentes e histéricas, e que, a partir de um centro masculino de poder e saber, são, conseqüentemente, reduzidas às margens. No entanto, não desconhecemos as especificidades que as diferenciam – para não cair na redução de entender a experiência de gênero dentro de desdobramentos homogêneos – pois, somos cientes das particularidades que outros sistemas de hierarquização social, como classe e raça, implicam nas experiências de gênero, portanto, nas formas de negociação estabelecidas entre as práticas e modos de subjetivação.

Perrot (2007) faz referência a uma “torrente de discursos” que traz a mulher à cena, e reconhece que esses discursos, são, em sua maioria, obra de homens e ignoram o que “as mulheres pensavam a respeito, como elas as viam ou sentiam” (PERROT, 2007, p. 22). São representações estereotipadas, fruto de um olhar masculino moldado por uma cultura machista, preconceituosa, muitas vezes, fundada e ancorada por discursos da ciência e da filosofia.

Hoje, observarmos uma nova configuração social e novas subjetividades da mulher advindas das conquistas femininas, e, mesmo assim, ainda

é comum a atuação de práticas e representações que reforçam a relação de opressão entre os sexos. Em países colonizados, as mulheres, em maioria, mantêm uma relação ainda mais severa com a opressão. Acreditamos, portanto, que essa posição crítica, de trazer à tona a escrita de autoria feminina, é justa, pois questiona a transparência dos discursos e problematiza o jogo de poderes que atuam na definição dos valores estéticos que compõem o cânone na literatura ocidental. Além de trazer para o cerne do questionamento os discursos que são silenciados para que outros se façam ouvir, pois é por conta dessa dinâmica balizada nas e pelas redes de poder-saber que funcionam as lembranças e os esquecimentos, as reverberações e os apagamentos, o que acaba por refletir a dimensão política do discurso e de seus silenciamento.

Tudo isso nos faz considerar que na atualidade o sujeito mulher é ainda rodeado por práticas e representações que reforçam sua identificação com posições subalternas – em especial a contribuição das mídias de massa para a objetificação do corpo da mulher – borram um passado de lutas históricas que buscavam a igualdade de condições e oportunidades.

Dessa forma, pensamos o espaço da literatura como possibilidade de representações simbólicas que também reproduzem práticas culturais, e, dessa forma, espaço relevante de trocas simbólicas, de jogos de poder, onde se pode reforçar ou romper com as hierarquias de gênero; ao manter a mulher circunscrita num espaço ideologicamente marcado pelo olhar androcêntrico ou subverter essa ordem por meio de representações plurais, ao ressaltar a subjetividade, para além da divisão biológica dos sexos, recriando espaços para a emergência de novos discursos, que rompem com metanarrativas como o patriarcalismo.

Assim, recuperar fatos históricos e reelaborá-los na narrativa ficcional continua sendo uma prática recorrente e profícua, pois possibilita

percorrer os espaços de sombra, engendrados por uma História que silenciou e marginalizou inúmeros acontecimentos e sujeitos sociais. A literatura possibilita novos caminhos, multiplica perspectivas que compõem o entendimento que tecemos diante dos acontecimentos do passado e do presente - e torna-se, então, um espaço de elasticidade no qual a História se atualiza e se (re) constrói.

Referências bibliográficas

BARBERENA, Ricardo. Neurofisiologia e literatura brasileira contemporânea: os espaços de ativação das off-cells nas nossas retinas. In: SCHMIDT, Rita Terezinha e MANDAGARÁ, Pedro. Sustentabilidade: o que pode a literatura? Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2015.

BÍBLIA SAGRADA On Line. Disponível em https://www.bibliaon.com/versiculo/efesios_5_21-32/. Acesso em 14 de set. 2020.

DEL PRIORE, Mary. A mulher na história do Brasil. São Paulo: Contexto, 1988.

FOUCAULT, Michel. Escrita de si. In: MOTTA, M.B. (org.). Ditos e escritos V – ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FOUCAULT, Michel. Arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 2001.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder In: RABINOW, Paul e DREYFUS, Hubert. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, pp. 231-249.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade 1: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Michel Foucault: uma teoria crítica que entrelaça o discurso, a verdade e a subjetividade. In: FERREIRA, Raimundo Ruberval; RAJAGOPALAN, Kanavillil (Orgs) Um mapa da crítica nos estudos da linguagem e do discurso. Campinas, SP: Pontes, 2016.

GROS, Frédéric. Desobedecer. São Paulo: Ubu Editora, 2018

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Revista Projeto História. São Paulo: Departamento de História de Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / PUC-SP, no.10, 1993, pp. 07-28.

PERROT, Michelle. As mulheres e os silêncios da história. Trad. Viviane Ribeiro.

Bauru, Sp: EDUSC, 2007.

_____. Michelle. Os silêncios do corpo da mulher. In: Matos, Maria Izida; Soihet. Raquel (org.) - O corpo feminino em debate. São Paulo: Editora UNESP 2003, pp. 13-28.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e literatura: uma velha-nova história. Nuevo

mundo mundos nuevos. Debates, 2006. Publicado em 28 de janeiro de 2006.

Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/index1560.html>>. Acesso em: 10 ago.

2012.

REZENDE, Maria Valéria. Carta à Rainha Louca. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2019.

Submissão: setembro de 2020.

Aceite: novembro de 2020.